

Dívida pública já soma US\$ 400 bi

CRISTINA BORGES

A dívida mobiliária (títulos) do governo federal, em mãos do mercado, ficou próxima a R\$ 400 bilhões em maio. A informação é do secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, em palestra sobre a administração da dívida pública, promovida pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima). Desde o início do Real, quando estava em R\$ 61,78 bilhões, o crescimento do endividamento público foi de 547,4%. Do estoque da dívida em títulos da União, 54% têm rendimento pós-fixado e apenas 3% são prefixados – indicadores do receio do mercado de que uma nova turbulência possa fazer as taxas dispararem.

Os juros prefixados funcionam como um termômetro da credibilidade e da confiança no rumo estável da economia e em taxas decrescentes. Nos papéis prefixados, o risco do emissor – Tesouro ou Banco Central – é dividido com o mercado, ao contrário dos títulos de juros pós-fixados, que embutem risco integral para quem os emite. A crise cambial no início deste ano fez retroceder, novamente, a tentativa do governo de aumentar a oferta dos prefixados que, antes da tormenta asiática, em outubro de 1997, respondiam por 53% da dívida pública da União com prazos de seis, 12 e 24 meses.

Prudência – Timidamente, só a partir de março, o BC e o Tesouro voltaram a fazer leilões de papéis prefixados mesmo assim de 28, 58 e 91 dias, com duas tentativas de 182 dias em maio. Só que a crise argentina e a perspectiva de alta nas taxas de juros dos EUA voltaram a inibir ofertas de 182 dias. “Precisamos ter prudência para alongar o prazo. Temos que dar passos pequenos para não voltar atrás”, admitiu Guimarães.

A estratégia continua a ser de alongar o prazo da dívida pública interna e voltar, assim que houver re-

ceptividade do mercado, a oferecer títulos federais prefixados (Letras do Tesouro Nacional). Paralelamente, com respaldo em medida provisória baixada em dezembro, o Tesouro vem reassumindo títulos de sua emissão que se encontram na carteira do BC.

De um total de R\$ 115 bilhões, o Tesouro já transferiu R\$ 45 bilhões que venceram e prevê outros R\$ 40 bilhões até o fim do ano. Os R\$ 30 bilhões restantes referem-se a títulos cambiais, com prazo de vencimento maior. Em maio, a posição da dívida pública com o Tesouro era de R\$ 260 bilhões e com o BC, de R\$ 160 bilhões.

O crescimento da dívida pública, entretanto, não ameaça, segundo o secretário do Tesouro, o cumprimento da meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem juros) de 3,1% do PIB, firmada com o Fundo Monetário Internacional. “Os resultados do primeiro trimestre superaram as metas, o que deve ser confirmado em abril e maio.” Guimarães admite, contudo, os problemas que poderão surgir com perda de arrecadação da contribuição previdenciária dos inativos, questionada na Justiça.

O Tesouro Nacional está estudando o lançamento de um novo título para substituir os papéis que representam o Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), que cobre o resíduo dos financiamentos da casa própria.

O novo título, com prazo de 15 anos e rendimento mensal, serviria para a formação de parte do patrimônio dos fundos de pensão dos funcionários dos estados. A troca se daria com um deságio, a princípio de três por um. O FCVS já tem R\$ 7,6 bilhões de títulos emitidos, a maioria da CEF, com prazo de 30 anos, a 6,17% ao ano, com carência de oito anos para pagamento de juros e de 12 anos para abatimento do principal.

08 JUN 1999

JORNAL DO BRASIL